



ACÓRDÃO Nº 624/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1599/2014 (4 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – CEMA.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. José Duarte dos Santos Filho, Secretário Executivo, à época.
- 6- **Advogada:** Dra. Katiuscia Raika da Câmara Elias – OAB/AM 5225.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3573/2016-MP-JBS, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 670/671v).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - CEMA. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Central de Medicamentos da Secretária de Estado da Saúde do Amazonas - CEMA, exercício 2013, da responsabilidade do **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas, exercício 2013, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, c/c o artigo 188, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Resolução 04/2002;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **José Duarte dos Santos Filho**, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas, exercício 2013, no valor de **R\$ 46.033,34 (Quarenta e Seis mil, Trinta e Três Reais e Trinta e Quatro Centavos)**, nos seguintes moldes:
 - 10.2.1. no valor de **R\$ 43.841,28 (Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Vinte e Oito Centavos)**, nos termos do artigo 2º, inciso VI, da resolução 25/2012-TCE/AM, tendo em vista a impropriedade descrita nos ITENS 16.2, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6, 16.7, 16.8, 16.9, 16.10, 16.11 e 16.12 do



ACÓRDÃO Nº 624/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Relatório/Voto (Restrição 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do relatório conclusivo nº 12/2015-DICAD/AM, fls. 525/550);

10.2.2. no valor de **R\$ 2.192,06 (Dois Mil, Cento e Noventa e Dois Reais e Seis Centavos)**, nos termos do artigo 2º, inciso I, alínea “b” da resolução 25/2012-TCE/AM, tendo em vista a impropriedade descrita no *item 16.1* do Relatório/Voto (Restrição 2 do relatório conclusivo nº 12/2015-DICAD/AM, fls. 525/550);

10.2.3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para que o responsável recolha o valor das multas acima aplicadas aos cofres da Fazenda Pública Estadual (Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, *caput*, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2.4. Autorizar a imediata cobrança executiva, nos moldes do art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, caso o *responsável* não recolha os valores referente às multas aplicadas por esta Corte de Contas e ainda a *inscrição na dívida ativa*, caso persistam os débitos.

10.3. Recomendar a próxima comissão de inspeção - DICAD/AM verifique em loco:

10.3.1. se as aquisições de Câmaras frias foram de fato feitas e se a nova quantidade atende à demanda de medicamentos termolábeis existentes no almoxarifado;

10.3.2. se os registros de endereçamento foram corrigidos, ou seja, se os informados correspondem as localizações físicas.

Vencidos a Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, com voto-vista, pela Regularidade, com Ressalvas e multa e o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, que a acompanhou.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 624/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral